



GRUPO PARLAMENTAR

Exma. Senhora
Presidente da Comissão de Orçamento,
Finanças e Modernização Administrativa
Deputada Teresa Leal Coelho

Assunto: Estudo da UTAO sobre receita fiscal dos combustíveis

Há precisamente um ano, em fevereiro de 2016, o Governo do Partido Socialista procedeu a um aumento do Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP) no valor de seis cêntimos, o qual, somado ao correspondente Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), se traduziu num aumento global de cerca de 7,4 cêntimos sobre o preço do gasóleo e da gasolina.

Este aumento, concretizado através da Portaria n.º 24-A/2016, de 11 de fevereiro, visava, segundo o Governo, compensar a quebra de receita do IVA decorrente da diminuição da cotação internacional dos combustíveis e foi apresentado como uma medida de “neutralidade fiscal” que permitiria ao Estado repor a receita fiscal proveniente do somatório do ISP e do IVA sobre os combustíveis a um nível equivalente ao de julho de 2015, mês em que os preços de gasolina e gasóleo atingiram o valor mais elevado daquele ano.

No entanto, face à inversão da tendência de evolução do preço dos combustíveis, o Governo acabou por anunciar que iria proceder à revisão trimestral do valor do imposto, com início em maio de 2016, “em função da variação do preço base dos produtos petrolíferos”.

Assim, em maio, a Portaria n.º 136-A/2016, de 12 de maio, veio reduzir o ISP em um cêntimo no gasóleo e um cêntimo na gasolina; em agosto não houve alteração no imposto; em novembro, através da Portaria n.º 291-A/2016, de 16 de novembro, o ISP sobre a gasolina manteve-se inalterado e sobre o gasóleo foi reduzido em um cêntimo adicional.

Entretanto, o Governo decretou um novo aumento do ISP aplicável ao gasóleo, desta vez no valor de dois cêntimos por litro, por contrapartida de uma diminuição de igual montante do ISP sobre a gasolina (Portaria n.º 345-C/2016, de 30 de dezembro). Esta alteração entrou em vigor no passado dia 1 de janeiro e veio afetar a grande maioria dos portugueses – empresas e



GRUPO PARLAMENTAR

particulares – considerando que a quantidade de gasóleo rodoviário vendido representa o quádruplo da gasolina.¹

Alega o Governo que este aumento do ISP sobre o gasóleo, conjugado com a derrogação da meta de incorporação de biocombustíveis inscrita no Orçamento do Estado para 2017, teve um efeito neutro sobre o preço daquele combustível, mas a realidade é que se assistiu a um novo aumento da carga fiscal que impende sobre o gasóleo, desta vez no valor de quase 2,5 cêntimos por litro (ISP e IVA).

Quando se esperava que neste mês de fevereiro o Governo procedesse a uma nova revisão trimestral do ISP, uma nota do Ministério das Finanças veio informar que o compromisso assumido com os portugueses em março último era válido apenas para 2016 e que no corrente ano não existirão revisões do imposto.

Atendendo ao exposto, os Deputados abaixo assinados do Grupo Parlamentar do PSD requerem que a COFMA solicite à UTAO um estudo detalhado sobre a evolução da receita fiscal de 2016 resultante dos impostos sobre os combustíveis (ISP e IVA), identificando e desagregando as suas diferentes componentes e os respetivos contributos.

Assembleia da República, 21 de fevereiro de 2017

Os Deputados,

António Leitão Amaro

Duarte Pacheco

¹ DGEG, Vendas Mensais de Produtos de Petróleo em Portugal 2016 (dados provisórios), 01-02-2017